18/04/2017 12:40 - Delatores apontam propina de mais de R$ 80 milhões por usinas no Rio Madeira

HTTP Error 404.0 - Not Found

The resource you are looking for has been removed, had its name changed, or is temporarily unavailable.

Most likely causes:

- The directory or file specified does not exist on the Web server.

Oito dos 76 inquéritos autorizados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para investigar políticos citados nas delações de ex-executivos da Odebrecht estão relacionados ao pagamento de propina em obras das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, construídas no Rio Madeira, em Rondônia.

Serão investigado os senadores Romero Jucá (PMDB-RR), Edison Lobão (PMDB-MA),Valdir Raupp (PMDB-RO) Ivo Cassol (PP-RO) e Aécio Neves (PSDB-MG), além dos deputados Arlindo Chinaglia (PT-SP), João Carlos Bacelar (PR-BA) e Paulinho da Força (SD-SP).

Em um dos casos, o ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura Henrique Valladares relatou, em delação premiada, que a empreiteira, vencedora da licitação de Santo Antônio, acreditava estar sendo prejudicada no projeto de Jirau. Por isso, em 2008, a empresa procurou o então deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para operar com outros parlamentares os interesses do consórcio formado pela Odebrecht e a construtora Andrade Gutierrez.

"Marcelo [Odebrecht, ex-presidente-executivo da empreiteira] me deu o número de R$ 50 milhões para colocar na mesa como oferecimento ao Dr. Eduardo Cunha para que ele, com esse dinheiro, buscasse o apoio político, a critério dele, buscasse distribuir de tal forma que ele obtivesse o apoio político necessário", disse o delator aos procuradores da força-tarefa da Operação Lava Jato.

Conforme o delator, Cunha teria se beneficiado com parte do dinheiro e repassado outra parte aos parlamentares com influência no governo, que também se tornaram alvo de inquéritos. O ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF, também encaminhou as delações para que a Justiça Federal analise o caso de Cunha, que perdeu o foro privilegiado após ter o mandato de deputado federal cassado. Ele está preso em Curitiba no âmbito da Lava Jato.

Segundo os delatores, a empresa também pagou propina para garantir a aprovação de propostas em tramitação no Congresso, em matérias que gerariam impacto na atuação das hidrelétricas.

Todos os parlamentares citados nos inquéritos negam as acusações dos delatores.

Em nota, o deputado federal João Bacelar (PR) disse que "nunca esteve envolvido em nada ilícito e em momento algum recebeu propina em obras das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, construídas no Rio Madeira, em Rondônia". De acordo com Bacelar, o delator não mencionou seu nome como um dos recebedores do dinheiro repassado por Cunha. "Em 2006, quando fui candidato pela primeira vez a Odebrecht não investiu em minha campanha porque não acreditava na minha candidatura. Mas fui eleito. Em 2014, a Odebrecht doou o valor de R$ 200 mil de forma oficial. Não recebi nada além do oficial. Tudo declarado e aprovado pela Justiça Eleitoral", afirmou o parlamentar na nota.

Fonte: Renata Martins - Radioagência